



ACÓRDÃO Nº1904/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11370/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Codajás.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Evandro Delmiro Feitosa (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Luciene Helena da Silva Dias - OAB/AM 4697.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5677/2022-DIMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Codajás. Exercício de 2020.

Regularidade com ressalvas. Quitação. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Codajás, referente ao exercício de 2020, de responsabilidade do **Sr. Evandro Delmiro Feitosa**, Presidente da Câmara Municipal de Codajás e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.

10.2. Dar quitação ao **Sr. Evandro Delmiro Feitosa**, Presidente da Câmara Municipal de Codajás e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE;



ACÓRDÃO Nº1904/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.3. Determinar à Origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:

3.1. Ausência de esclarecimentos sobre quais as medidas administrativas e judiciais tomadas pela Unidade Gestora (Câmara Municipal) para a retomadas dos valores aos cofres da Câmara Municipal de Codajás, constatado no Ativo Circulante - Demais Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo, no Balanço Patrimonial - Anexo 14;

3.2. Descumprimento do prazo da publicação **(50 dias)** do RGF inerente ao 2º semestre de 2020 ao sistema E-contas, art. 55, §2º do LRF c/c art. 51, § 2º c/c art. 63, inciso in, § 1º da LRF (dados retirados do sistema E-contas GEFIS - Portal Transparência);

3.3. Ausência do Termo de Responsabilidade do gestor em relação aos bens patrimoniais, que dão respaldo a exigência do Art. 70 da Constituição Federal/88, Artigo 94 da Lei nº. 4.320/64, inciso II, art. 75, da Lei nº 4320/1964, c/c art. 78 e 94 da mesma lei e Artigo 87 do Decreto Lei nº 200/67;

3.4. Inconsistências das informações sobre os valores repassados a Câmara Municipal de Codajás pela Prefeitura Municipal, declarados nos autos da Prestação de Contas Anual;

3.5. Distorção dos valores retidos com os repassados aos ENTES por direito, demonstrados no Balanço Financeiro - anexo 13, onde apresenta diferença na comparação dos ingressos com os dispendios, referente a recebimentos e pagamento;

3.6. Descontrole de anotações das fichas funcionais dos Cargos Comissionados como: identificação fotográfica, documentos e anotações dos fatos contábeis, publicações das declarações de bens.

10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

11- Ata: 41ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 8 de Novembro de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.



ACÓRDÃO Nº1904/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral